

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Wilson Dias/Agência Brasil



O nervosismo de Elmar chama-se orçamento

Elmar e um novo escândalo do orçamento

Não há nada que justifique os ataques que o 2o vice-presidente da Câmara, Elmar Nascimento (União Brasil-AP), fez a jornalista do portal UOL, Natália Portinari. E este Correio Político espera que o Parlamento aja com rigor, uma vez que o comportamento do deputado é um claro atentado ao que prevê o Código de Ética e Conduta da Câmara. Mas a verdade é que o ataque

é a demonstração mais explícita de como andam os nervos de deputados e senadores com a escalada das investigações da Polícia Federal sobre o uso irregular das verbas de emendas orçamentárias. A essa altura, nem se pode mais dizer que vai estourar um novo escândalo do orçamento. O escândalo já estourou. Por trás dele, no entanto, há enorme disputa de poder.

Poder

O Congresso nunca esteve tão forte. Não quer abrir mão do poder que conquistou. E muitos nem dos esquemas pessoais que montaram a partir disso. A liberação no ano passado de mais de R\$ 50 bilhões de emendas ao orçamento é um recorde sem precedentes.

Transparência

O problema é gerir esses investimentos sem a devida transparência. Na maioria das vezes, não se sabe para onde o dinheiro vai, que obra será feita, nem quem fez a destinação. A capacidade de rastreamento pelos órgãos de fiscalização do dinheiro público fica impossível.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Josimar Maranhãozinho é um dos denunciados

Parlamentares temem uma nova Lava-Jato

Nos corredores do Congresso, o que se escuta é que deputados e senadores temem que as investigações do orçamento virem uma nova Operação Lava-Jato. Há duas investigações cujos detalhes já avançaram. Uma é a Operação Overclean. E é ela que deixa Elmar Nascimento nervoso. Se concentra em irregulari-

dades em obras na cidade de Campo Formoso (BA). O prefeito de Campo Formoso, Elmo Nascimento, é irmão de Elmar. O deputado entrou na investigação porque se apura a compra por ele de um apartamento em Salvador do empresário Marcos Moura, conhecido como "rei do lixo", que é investigado na operação.

Denúncia

Outra investigação já virou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). É contra um suplente de deputado, Bosco Costa (PL-SE), e dois deputados federais, Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e Pastor Gil (PL-MA). "Organização criminoso e corrupção passiva".

Sistema

No fundo, tudo está associado. Há um possível escândalo. Mas ele é também fruto do fortalecimento do Congresso. Fortalecimento que o Congresso pensa em aprofundar, pela PEC que muda o sistema de governo, instituindo o semipresidencialismo.

Propina

No caso, a PGR os acusa de ter cobrado uma propina de R\$ 1,6 milhões para liberar emendas orçamentárias no valor de R\$ 7 milhões para um município do Maranhão, de nome Ribamar. Outras investigações semelhantes estão em curso e poderão estourar em breve.

Controle

Se o Executivo passa para as mãos de um primeiro-ministro com um gabinete, será do Congresso a responsabilidade total pela execução orçamentária. Por isso, há quem desconfie que toda a investigação seria uma trama do governo com o STF para não perder poder.

Lula encarará cobrança dos mais de cinco mil prefeitos

Expectativa é de que mais de vinte mil pessoas participem

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Nas eleições municipais de 2024, 5.568 municípios brasileiros escolheram seus novos gestores para assumir o comando das cidades pelos próximos quatro anos. Nesta semana, eles terão a chance de um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E poderão dizer o que esperam do governo federal.

A presença de Lula está confirmada na cerimônia de abertura nesta terça-feira (11). O Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas (ENPP) se estenderá até quinta-feira (13). Ao longo dos três dias de evento, também estarão presentes ministros e representantes das entidades envolvidas.

O encontro ocorrerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com mais de 170 atividades simultâneas entre mesas, painéis, oficinas técnicas e debates sobre programas; que serão divididas em seis eixos temáticos principais: Boa Governança, Sistemas Informatizados e Serviços; Programa e Ações do Governo Federal; Governança Climática; Assistência Técnica – Transferências Governamentais; Lideranças Femininas, e Pacto Federativo Brasileiro.

Vontade de abraçar

Na última sexta-feira (7), durante a entrega de obras do Programa Água Para Todos, em Paramirim (BA), Lula mencionou o evento. "Estou com vontade de descer ali e abraçar cada prefeito, cada prefeita, que eu espero que possam estar em Brasília na terça-feira para que a gente possa ter uma conversa sobre os rumos das cidades brasileiras", afirmou o petista.

O problema é saber se "abraçar" Lula é também a vontade dos prefeitos. Espera-se que haja muitas cobranças. A capacidade de investimentos do governo ficou limitada pelos cortes necessários para manter as metas fiscais. Boa parte do que



Lula participará da abertura do encontro, nesta terça

o governo hoje faz de investimentos está comprometida em emendas orçamentárias – mais de R\$ 50 bilhões no ano passado. O governo, assim, irá para o encontro com pouco a oferecer.

Iniciativa

De qualquer modo, o governo de certa forma patrocina o encontro. Com o tema "A cidade que queremos está em nossas mãos", a iniciativa é coordenada pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) e conta com o apoio da Associação Brasileira de Municípios (ABM), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

"A SRI cuida da relação do governo com estados e municípios e, por isso, nós já tivemos encontros de transição em todos os estados da federação, onde apresentamos os programas e ações do governo federal à disposição das prefeituras", iniciou o ministro-chefe da SRI, Alexandre Padilha. "Queremos ampliar os investimentos, dar continuidade ao trabalho já em andamento

e celebrar novas frentes de investimentos municipais", completou o ministro.

Relações

Esta será a terceira edição do ENPP, e a expectativa é que mais de 20 mil pessoas participem. O evento busca estreitar as relações entre os gestores municipais e o governo federal, com o objetivo de apresentar e explicar as diretrizes e os programas disponíveis, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Minha Casa Minha Vida e o Cad Único — além de fornecer orientações técnicas, administrativas e financeiras.

"O governo federal entende que este processo de transição é um momento crucial para a continuidade das políticas públicas e para o fortalecimento das parcerias entre o governo federal e os municípios", explicou o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

Popularidade

Em janeiro, um levantamento do Instituto Quaest revelou que, pela primeira vez, o índice de desaprovção (49%)

do terceiro mandato de Lula superou o de aprovação (47%). Segundo o cientista político Isaac Jordão, de forma indireta, o evento pode ser uma estratégia do governo para reverter esse cenário negativo. "A ideia dificilmente é convencer os prefeitos, mas ampliar o catálogo de entregas do governo federal", explicou. Jordão também destaca a necessidade de qualificação da atuação dos municípios, que, muitas vezes, enfrentam um quadro técnico menos preparado para lidar com as complexidades da burocracia federal.

Todos os ministérios estarão disponíveis para atender aos gestores municipais no local do encontro, além de órgãos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Receita Federal, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), entre outros.

Flávio Dino critica os penduricalhos do Judiciário

Fellipe Sampaio/STF

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, derrubou, nesta segunda-feira (10), uma decisão que obrigava o Executivo a pagar R\$ 25,7 mil de auxílio-alimentação retroativo para um procurador de Minas Gerais que atuou como juiz federal substituto entre 2007 e 2011. O procurador solicitou o valor ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que acatou a medida na época, alegando a Resolução 133 do CNJ – o qual determina "a simetria constitucional entre Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens". O procurador cobrou que o pagamento deveria retroagir, uma vez que o tratamento isonômico entre as carreiras já estava previsto desde a Emenda Constitucional 45/2004 (Reforma do Judiciário).

Em sua justificativa para derrubar o repasse dos valores, o ministro do Supremo alegou que o recurso apresentado contraria a Súmula Vinculante 37 do STF, que determina que não cabe ao Poder Judi-



Dino reage aos penduricalhos do Judiciário

ciário aumentar vencimentos de servidores públicos apenas com fundamento no princípio da isonomia. Além disso, a Resolução 133 do CNJ não prevê o pagamento retroativo antes de 2011.

Supersalários

Além disso, ao derrubar a decisão, o ministro ainda criticou os supersalários do poder Judiciário, reiterando que não se pode admitir um "vale-tu-

do" nos pagamentos de gratificações ao Judiciário, batizados como penduricalhos.

"Reitero que, por expressa determinação constitucional, a carreira da Magistratura é nacional e regida por lei própria de iniciativa do STF", disse Dino. "Trata-se de orientação fundamental para evitar abusos, como rotineiramente tem sido noticiado acerca de pagamentos denominados de 'supersalários'. Até mesmo

'auxílio-alimentação natalino' já chegou a se anunciar, exatamente em face desse contexto de pretendido e inaceitável 'vale-tudo'", declarou o ministro em sua decisão.

Atualmente, os salários no funcionalismo público são limitados ao teto de R\$ 44.008,52 mensais, que é o valor pago aos ministros do Supremo. Porém, no judiciário há alternativas de penduricalhos que aumentam o valor entregue no fim do mês. Dentre os penduricalhos do poder Judiciário, há o quinquênio, que prevê um adicional de 5% a cada cinco anos de serviço até o limite de 35%. Além dele, também há a licença compensatória, uma gratificação por exercício cumulativo que adiciona 1/3 do salário para juízes que acumularam funções por mais de 30 dias e autoriza a conversão de dias de folga em dinheiro.

Na última semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que uma das 25 prioridades da equipe econômica do governo é a limitação a supersalários no serviço público. Será entregue um projeto de lei nesse sentido.